

**ALEPI****ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ**

Gabinete do Deputado Estadual Hélio Isaías

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 90 DE MAIO 2024.****PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº /2024****RELATOR: DEPUTADO HÉLIO ISAÍAS****AUTOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA****I – RELATÓRIO E VOTO**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei ordinária nº 90 de 13 de maio de 2024, de autoria do Senhor Deputado Francisco Limma que tem a seguinte ementa: **“Reconhece como de Utilidade Pública o Instituto Presente - IP.”**

O Instituto Presente desenvolve, atualmente, um trabalho de auxílio aos municípios, por meio de assessoria e consultoria especializada, a fim de desenvolver as ações necessárias para elaboração e acompanhamento dos Planos municipais de educação - PME, atualização do PAR (Plano de Ações Articuladas), acompanhamento para adesão e orientação para execução de todos os programas federais e estaduais disponíveis aos municípios. Além disso, é importante ressaltar-se que o referido instituto já desenvolve seus trabalhos há mais de 10 anos em nosso Estado com o fito de promover o desenvolvimento da população, a justiça social e a democracia.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

A referida Associação está apta a receber o título de utilidade pública por preencher os requisitos do Artigo 2º da Lei nº 5447/2005, conforme a documentação exigida e trazida aos autos em anexo.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Gabinete do Deputado Estadual **Hélio Isaías**

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.

II – DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo **acatamento do voto do relator** () Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 14 de maio de 2024.


Dep. Hélio Isaías/PT
Relator

Fábio Nogueira

